



JOÃO FERREIRA DA SILVA
Assessor da Bastonária da Ordem
dos Contabilistas Certificados
comunicacao@occ.pt

Avaliação do sistema fiscal

De acordo com o Observatório da Competitividade Fiscal 2017, da consultora Deloitte, publicado no passado mês de abril, em inquérito realizado às maiores empresas a operar em Portugal relativamente à sua perceção no tocante à competitividade fiscal da economia portuguesa, 65% consideram que a política fiscal adotada pelo Governo não serve como motor de desenvolvimento nem favorece a competitividade das empresas.

No tocante à complexidade e ineficácia do sistema fiscal, 63% dos inquiridos considera que o nosso sistema fiscal é complexo e ineficaz, assistindo-se a um aumento de 11% face ao ano passado. No Orçamento de Estado para 2017, o Governo anunciou uma série de medidas para promover e potenciar o investimento e consequentemente, o crescimento do PIB nacional. A promoção do investimento e do crescimento económico

Ademais, a esmagadora maioria das empresas inquiridas (72%) considera que o sistema fiscal português deveria promover uma maior estabilidade da lei fiscal.

Neste sentido, empresas e poder político parecem ter duas visões distintas sobre o melhor caminho para se promover por um crescimento da economia nacional. O poder político, aposta em medidas que estimulam o investimento das empresas, no entanto, parece não fortalecer adequadamente as bases que permitem às empresas investir em Portugal.

Faltam bases desenvolvidas e estabilizadas

Com um ineficaz funcionamento dos tribunais e da justiça fiscal, desadequada legislação laboral, custos de contexto altos e desarmonização e instabilidade legislativa, medidas que

Assistimos assim à criação de medidas que dificilmente alcançarão os efeitos pretendidos por o nosso sistema fiscal não ter as suas bases suficientemente desenvolvidas e estabilizadas, capazes de suportar e apoiar as empresas que pretendam investir no nosso país.

assentaria em três pontos chave: - empresas mais sólidas; - mais inovação; e - competitividade da produção nacional. Os pontos base da promoção do investimento e do crescimento económico concretizavam-se num vasto leque de medidas, das quais, na altura salientámos: - capitalização das empresas; - aceleração de fundos europeus; - investimento público de proximidade; modernização de equipamentos das forças de segurança; - aposta na ferrovia; - programa semente; - estratégia nacional para o empreendedorismo; - internacionalização da economia do mar; - eliminação do IVA alfandegário; - redução do limite mínimo do pagamento especial por conta; - redução da taxa de IRC para as empresas que operam nos territórios do interior; e aumento de capital da Caixa Geral de Depósitos.

Apesar das anteriormente referidas medidas, as grandes empresas do nosso tecido empresarial consideram que as decisões mais importantes para captar e manter investimento em Portugal seriam: - funcionamento eficaz dos tribunais (48%); - melhor legislação laboral (42%); e - simplificação burocrática em geral (42%). Como maiores obstáculos ao investimento em Portugal, os inquiridos identificaram: - instabilidade do sistema fiscal (61%); - custos de contexto/burocracia em geral (55%); e - funcionamento da justiça (51%).

promovam pela aceleração de fundos europeus, investimento público de proximidade, estratégia nacional para o empreendedorismo, aposta na ferrovia, entre outras, apesar de positivas e importantes, carecem necessariamente, de condições para que eficazmente produzam os efeitos desejados e estimulem adequadamente o crescimento da nossa economia. Assistimos, assim, à criação de medidas que dificilmente alcançarão os efeitos pretendidos por o nosso sistema fiscal não ter as suas bases suficientemente desenvolvidas e estabilizadas, capazes de suportar e apoiar as empresas que pretendam investir no nosso país.

As medidas previstas no OE para 2017 dependem do esforço e empenho de entidades públicas e privadas e do trabalho conjunto de ambas, por isso, é fundamental que o tecido empresarial esteja a par das iniciativas que o OE 2017 consagra, pois o investimento, como peça fundamental para o crescimento do PIB, só será alcançado através do trabalho conjunto das entidades estatais, empresárias e de todos os agentes intervenientes na economia nacional. Contudo, é necessário que o poder político disponibilize os mecanismos e ferramentas necessários para a estabilização do sistema fiscal e assim as empresas se sintam confiantes, seguras e confortáveis para investir em Portugal.